

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.742 - MG (2019/0291905-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : RUTE MARIA DE PASQUAL LEITE RIBEIRO
RECORRENTE : JOAQUIM LIBÂNIO LEITE RIBEIRO NETO
ADVOGADO : CÉZAR TADEU DIAS E OUTRO(S) - MG033840
RECORRIDO : JESUÍNO COSTA MONTEIRO NETO
RECORRIDO : ANA CRISTINA ALENCAR BARROS COSTA MONTEIRO LEONEL
RECORRIDO : LUIS FERNANDO ALENCAR BARROS COSTA MONTEIRO
RECORRIDO : JOAO MARCOS ALENCAR BARROS COSTA MONTEIRO
ADVOGADO : JOAO MARCOS A BARROS COSTA MONTEIRO (EM CAUSA PRÓPRIA)
- SP129146

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por RUTE MARIA DE PASQUAL LEITE RIBEIRO e JOAQUIM LIBÂNIO LEITE RIBEIRO NETO, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – MEDIDAS INDUTIVAS E COERCITIVAS – DESPEJO COMPULSÓRIO – ALUGUEL – INADIMPLÊNCIA . O princípio da não surpresa impõe ao magistrado o dever de provocação do debate sobre questões postas em juízo , incluindo aquelas que podem ser conhecidas ex officio. O Poder Judiciário , como guardião do direito do cidadão , pode se valer de mecanismos para sua efetivação , sob pena de não cumprir o papel que a Constituição lhe confere" (fl. 277 e-STJ).

Os embargos de declaração foram rejeitados (fl. 393 e-STJ).

No recurso especial, os recorrentes alegam, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 8º ,10, 489 e 1.022 do CPC/2015; 1.199, 1.314, parágrafo único, 1.319 e 1.320 do CC. Defendem que *"a hipótese fática, que dá suporte à presente demanda, não foi observada, pelo MM. Juiz sentenciante e, data vênua, pelo TJMG, qual seja: sobre o bem imóvel in quaestio recai o instituto da composses que é exercida pelos Recorrentes e pelos Recorridos; NÃO SE TRATANDO DE RELAÇÃO LOCATÍCIA"* (fl. 424 e-STJ).

Com as contrarrazões, o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A alegação de negativa de prestação jurisdicional merece prosperar.

Foram opostos declaratórios pela parte ora recorrente, firme nas seguintes

Superior Tribunal de Justiça

argumentações:

"2.8. Todavia, a decisão prolatada, data venia, tomou a mais extrema medida: sob a fundamentação de que 'os Agravantes buscam esquivar-se da obrigação de pagar os aluguéis, que são devidos aos Agravados', olvidando-se por certo de que o imóvel se encontra em litígio e que o contrato, que sustenta a lide, não se apresenta da forma entendida pela decisão vergastada.

2.9. A saber, existe nos autos demonstração efetiva da propriedade dos ora embargantes, por meio de contrato de compra e venda assinado, frise-se, por **TODAS AS PARTES ENVOLVIDAS**, o que põe abaixo a discussão de que os embargantes não seriam proprietários do imóvel.

2.10. Tal contrato, como bem observado pela decisão, sustenta a existência de outro processo que discute a validade do instrumento, o que contraria inclusive argumento da decisão embargada, que assim entendeu:

'(...) não contam a assinatura do promitente vendedor e não foi levado a registro, doc. 20'. Verifica-se a contradição, eis que o contrato de fato contém as assinaturas de todas as partes.

2.11. Neste sentido, mister seja saneada tal contradição, vez que a questão em debate é essencial para o deslinde da lide, que diz respeito a casa de morada dos ora embargantes, repita-se !!!

3. Da omissão existente no acórdão

3.1. O v. acórdão em comento, entendeu que os ora embargantes seriam obrigados a pagar os aluguéis fixados em uma ação de divisão. No entanto, não há lei que obrigue um condômino a pagar aluguéis pelo uso de imóvel de sua propriedade, o que torna indispensável manifestação da Turma Julgadora também sobre o art. 5º, II, da CR, segundo o qual ninguém é obrigado a fazer ou não fazer senão em virtude de lei" (fls. 308/1.101 e-STJ).

Compulsando os autos, verifica-se que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, a Corte local permaneceu silente quanto à essas questões.

O artigo 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, remetendo-se ao artigo 489, § 1º, IV, determina que é omissa a decisão que "não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador".

Assim, não tendo o Tribunal local enfrentado questão necessária ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022 do CPC/2015 a fim de anular o acórdão recorrido para suprir a omissão existente.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NULIDADE DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos

Superior Tribunal de Justiça

essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

2. Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem para que este se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão apontada.

3. Recurso Especial provido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração" (REsp 1.642.708/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 17/04/2017).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que realize novo julgamento dos embargos de declaração de fls. 305/311 (e-STJ) nos termos da fundamentação acima, prejudicadas as demais questões.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator